

Município da Ribeira Grande

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2012

## Introdução

---

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2012, com base no nº 1 do Artigo 46.º da Lei das Finanças Locais, que estabelece que “as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração dos resultados com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

As notas do presente Anexo correspondem às previstas na nota 14 – Demonstrações Financeiras Consolidadas do Decreto-Lei nº 158/2009. A Nota 15 apresenta as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e a Nota 16 apresenta o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, que são exigidas pelo nº 1 do Artigo 46.º da Lei das Finanças Locais. As notas não apresentadas não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

## **I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas**

### **Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação**

Entidade	Sede	Objecto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)
Ribeira Grande Mais – Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, Unipessoal, S.A., E.M.	Rua do Estrela, 31, Conceição, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, gestão, exploração de infra-estruturas e condições para a promoção social, requalificação urbana e ambiental no concelho da Ribeira-Grande, incluindo a criação, construção, remodelação, gestão e exploração de espaços e equipamentos desportivos, de lazer e turismo e zonas balneares e a organização de eventos e actividades nestes espaços e equipamentos; aquisição de imóveis necessários ao desenvolvimento do seu objecto.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Empresa mãe;
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município.

## **II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

### **Nota 2 – Insuficiências das normas de consolidação**

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POICAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as excepções indicadas na Nota seguinte.

### **Nota 3 – Derrogação às normas de consolidação**

O POICAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

### III. Informações relativas a compromissos

---

#### Nota 4 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

---

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros.

### IV. Informações relativas a políticas contabilísticas

---

#### Nota 5 – Critérios de valorimetria

---

##### Bens de Domínio Público

---

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às fracções, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor actual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

##### Imobilizações incorpóreas

---

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

##### Imobilizações corpóreas

---

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do activo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2012 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das empresas municipais, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas empresas municipais com as utilizadas pelo Município.

#### Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

#### Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

#### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efectuados ajustamentos para reflectir a potencial perda.

#### Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

#### Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

#### Locação Financeira

Os activos adquiridos por locação financeira são incluídos no activo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objecto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## V. Informações relativas a determinadas rubricas

### Nota 6 – Movimentos ocorridos nas rubricas de activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do activo imobilizado podem ser resumidos como segue.

#### Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Reduções	Tr. e abates	Saldo final
Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	48.873.840		465.475		24.002	49.363.318
Bens do pat. histórico, artístico e cultural	32.185		0			32.185
Outros bens de domínio público	702.543		0		19.828	722.370
Imobilizações em curso	5.611.945		407		-21.819	5.590.534
Adiantamentos por conta						
	<b>55.220.513</b>	<b>-</b>	<b>465.882</b>	<b>-</b>	<b>22.011</b>	<b>55.708.406</b>
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolv.	1.091.281		48.842			1.140.123
Propriedade industrial e outros direitos	11.443		2.545			13.988
Imobilizações em curso	80.817					80.817
Outras Imobilizações Incorpóreas	0					0
	<b>1.183.540</b>	<b>-</b>	<b>51.387</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.234.927</b>
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	3.742.423		0		-73.846	3.668.578
Edifícios e outras construções	70.066.598		1.584.941		4.139.464	75.791.003
Equipamento básico	972.032		14.540	-3.278		983.295
Equipamento de transporte	1.398.042		13.774	-105.904		1.305.912
Ferramentas e utensílios	92.303		12.002			104.305
Equipamento administrativo	2.690.772		47.658		0	2.738.430
Taras e vasilhames						
Outras imobilizações corpóreas	321.525		18.235			339.760
Imobilizações em curso	7.922.387		3.533.686		-4.087.527	7.368.546
Adiantamentos por conta						
	<b>87.206.083</b>	<b>-</b>	<b>5.224.836</b>	<b>109.182</b>	<b>-21.908</b>	<b>92.299.828</b>
Investimentos Financeiros						
Partes de capital	68.902		74.584		-10.278	133.209
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						
Imobilizações em curso						0
Adiantamentos por conta						
	<b>68.902</b>	<b>-</b>	<b>74.584</b>	<b>-</b>	<b>-10.278</b>	<b>133.209</b>
<b>TOTAL</b>	<b>143.679.038</b>	<b>-</b>	<b>5.816.689</b>	<b>109.182</b>	<b>-10.175</b>	<b>149.376.370</b>

## Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	2.078.895	355.604		<b>2.434.499</b>
Bens do pat. histórico, artístico e cultural	2.762	460		<b>3.222</b>
Outros bens de domínio público	384	77		<b>461</b>
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	<b>2.082.041</b>	<b>356.142</b>	-	<b>2.438.182</b>
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolv.	214.013	12.724		<b>226.737</b>
Propriedade industrial e outros direitos	6.826	0		<b>6.826</b>
Imobilizações em curso				
Outras Imobilizações Incorpóreas				<b>0</b>
	<b>220.839</b>	<b>12.724</b>	<b>0</b>	<b>233.563</b>
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59	0		<b>59</b>
Edifícios e outras construções	7.014.758	1.434.022		<b>8.448.779</b>
Equipamento básico	711.708	77.474	-2.697	<b>786.485</b>
Equipamento de transporte	878.755	105.886	-100.030	<b>884.611</b>
Ferramentas e utensílios	60.973	10.891		<b>71.865</b>
Equipamento administrativo	2.236.233	136.883		<b>2.373.116</b>
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	100.542	38.134		<b>138.676</b>
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	<b>11.003.028</b>	<b>1.803.289</b>	<b>-102.727</b>	<b>12.703.590</b>
Investimentos Financeiros				
Partes de capital				<b>0</b>
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Outras aplicações financeiras				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	<b>13.305.907</b>	<b>2.172.156</b>	<b>-102.727</b>	<b>15.375.336</b>

## Nota 7 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos.

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
----------	-------------	---------------------	------------------------	--------------------	-------------------

Município da Ribeira Grande	Comparticipação da Câmara no Empréstimo contraído pela AMISM para o Aterro Sanitário	BANIF	369.909	01-06-2019	144.892
	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	892.493
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	524.352
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	123.696
	Rateio previsto no nº 3 do artigo 19º da Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro	BANIF	1.021.953	24-05-2017	459.878
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	1.037.389
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	511.411
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	348.889
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	1.166.214
	Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	48.771
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	146.013
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	1.248.360
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	279.742
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	89.691
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	763.321
	PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	DGTF	800.000	11-08-2019	800.000

## Nota 8 – Vendas e prestações de serviços por actividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.291.087 euros realizaram-se no mercado interno.

## Nota 9 – Situações que afectem significativamente os impostos futuros



A Empresa Municipal encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17,5% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa ascende a 1% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente. O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais não antevejam situações que possam originar correcções significativas.

#### Nota 10 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 90.604,99 Euros em 2012.

#### Nota 11 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2012	2011
681	Juros suportados	202.359	239.649
682	Perdas em entidades participadas		
683	Amortizações de investimento em imóveis		
684	Provisões para Aplicações Financeiras		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	37.260	46.723
	Resultados financeiros	-122.667	-170.819
		<b>116.952</b>	<b>115.553</b>
Proveitos e ganhos		2012	2011
781	Juros obtidos	6.503	4.576
782	Ganhos em entidades participadas	74.335	
783	Rendimentos de imóveis	36.113	62.418
784	Rendimentos de participações de capital	0	48.557
785	Diferenças de câmbio favoráveis		
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	2
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		<b>116.952</b>	<b>115.553</b>

## Nota 12 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	684.779	1.003.570
692	Dívidas incobráveis	0	0
693	Perdas em existências	55.901	147.579
694	Perdas em imobilizações	6.455	23
695	Multas e penalidades	0	0
696	Aumentos de amortizações	0	0
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	263.535	18.497
698	Outros custos e perdas extraordinárias	240.443	281.468
	Resultados extraordinários	1.125.203	1.342.279
		<b>2.376.316</b>	<b>2.793.416</b>

	Proveitos e ganhos	2012	2011
791	Restituição de impostos	0	0
792	Recuperação de dívidas	3.087	3.542
793	Ganhos em existências	67.120	149.066
794	Ganhos em imobilizações	36.057	69.006
795	Benefícios de penalidades contratuais	27.368	43.187
796	Reduções de amortizações e provisões	289.363	0
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	62.548	483.551
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.890.774	2.045.062
		<b>2.376.316</b>	<b>2.793.416</b>

## Nota 13 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo Final
Cobrança Duvidosa	412.161	79.447	292.450	199.157
<b>TOTAL</b>	<b>412.161</b>	<b>79.447</b>	<b>292.450</b>	<b>199.157</b>

## Nota 14 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Designação dos Bens	Valor em Dívida
Equipamento Transporte	13.858
	<b>13.858</b>

## Nota 15 – Outras informações exigidas por diplomas legais

### Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Origem	Destino	Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos				Saldo Final
			Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	RG+, E.M	Transferências e Subsídios	235.159	1.116.712		1.343.264	8.607
		Total	235.159	1.116.712	0	1.343.264	8.607

## Nota 16 – Outras informações

### Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		
	Município da Ribeira Grande	Ribeira Grande Mais, E.M	Total
Empréstimos de médio Longo Prazo	12.246.179	0	12.246.179
<b>Total</b>	<b>12.246.179</b>	<b>0</b>	<b>12.246.179</b>